

Análise da composição dos gastos com alimentação no Município de São Paulo (Brasil) na década de 1990*

Analysis of household expenditures with food in the city of S. Paulo in the 1990's

Sérgio Augusto Jábali Barretto** e Denise Cavallini Cyrillo

Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil

Descritores

Economia dos alimentos.[#] Consumo de alimentos.[#] Dieta, tendências. Renda familiar. Hábitos alimentares. Necessidades nutricionais. Dieta, economia. Inquéritos nutricionais. – Alimentos. Dietética. Nutrição.

Keywords

Food economics.[#] Food consumption.[#] Family income. Food habits. Nutrition requirements. Diet, economy. Nutrition, surveys. – Food. Diet. Nutrition.

Resumo

Objetivos

Identificar as estruturas de consumo alimentar no Município de São Paulo, de 1990 a 1996, e compará-las com as derivadas de cestas de alimentos balanceados (CA).

Métodos

Por meio de pesquisas de orçamentos familiares, foram verificados os percentuais dos gastos domiciliares com três grupos de alimentos: semi-elaborados, industrializados e *in natura* (este foi focado com particular ênfase). Um índice de preços ao consumidor permitiu avaliar as variações nos custos relativos dos produtos. As CA foram elaboradas pela Programação Linear.

Resultados

De 1990 a 1996, aumentou a proporção dos gastos domiciliares com alimentos industrializados; tendência inversa foi constatada para os semi-elaborados; a percentagem referente aos *in natura* apresentou importante redução (35%). Essas mudanças não são explicadas satisfatoriamente pela variação nos preços relativos. As estruturas de consumo familiar mostraram-se diferentes das que são propostas pelas CA, e estas apresentaram, em geral, custos inferiores aos gastos domésticos com alimentos.

Conclusões

Infere-se a existência de uma provável inadequação dietética nos domicílios de São Paulo e de riscos associados a uma ingestão insuficiente de legumes, verduras e frutas.

Abstract

Objectives

To identify food consumption patterns in the city of S. Paulo, from 1990 to 1996, and compare these patterns with those derived from nutritionally balanced food baskets (FB).

Methods

Household budget surveys were verified and the percentage of food expenditures was assessed according to three food groups: semi-elaborated, industrialized and non-processed food (an emphasis was given to this group). Data on prices to consumer were used to evaluate the relative cost of the products and their influence on household

Correspondência para/Correspondence to:

Denise Cavallini Cyrillo
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 908, Cidade Universitária
05508-900 São Paulo, SP, Brasil
E-mail: dccyrill@usp.br

*Realizado no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

**Aluno do Curso de Pós-Graduação Interunidades em Nutrição Humana Aplicada da Universidade de São Paulo. Instituições: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Faculdade de Ciências Farmacêuticas e Faculdade de Saúde Pública.

Edição subvencionada pela Fapesp (Processo nº 00/01601-8).

Recebido em 8/12/1999. Reapresentado em 17/8/2000. Aprovado em 12/9/2000.

budgets. FB were elaborated using linear programming.

Results

From 1990 to 1996, there was a relative increase in household expenditures with industrialized foods and a relative decrease with semi-elaborated foods. The percentage of expenditures with non-processed group revealed an important reduction (35%), but these changes cannot be fully explained by variations in products' prices. Results indicated that household consumption patterns differ from those recommended in the FB and the cost of almost all FB was lower than the actual household expenditures with food.

Conclusions

An inadequate nutritional consumption in São Paulo's households is probable, which carry the risks associated with an insufficient ingestion of vegetables and fruits.

INTRODUÇÃO

Os hábitos alimentares nas sociedades humanas são determinados pela interação de inúmeras variáveis – biológicas, demográficas, econômicas – que perfazem um processo dinâmico de transformações no tempo.

À medida que tais transformações promovem a formação de novos padrões dietéticos, é razoável supor que as diversas práticas alimentares que se estabelecem apresentarão eficácias potencialmente diferentes em relação ao atendimento das necessidades nutricionais.

Para tentar compreender alguns dos principais fatores que estão associados às alterações nos padrões dietéticos, mostra-se de extrema utilidade a ciência econômica neoclássica, particularmente, a teoria do consumidor.

Campino² (1985) demonstra que, como os produtos alimentares estão sujeitos às leis de mercado, renda e preços são os fatores fundamentais a determinar a quantidade a ser adquirida de cada item.

Dada a restrição orçamentária, Engel et al⁷ (1995) assinalam que as escolhas de consumo decorrerão da estrutura de preferências dos indivíduos. Esses autores citam o estudo pioneiro, realizado no século passado por Engels, que sintetizou suas observações na forma de algumas leis, as quais estabelecem, por exemplo, que aumentos reais no poder de compra conduzem à diminuição no percentual do orçamento doméstico gasto com alimentação, à substituição de produtos ricos em carboidratos pelos protéicos (principalmente de origem animal) e à ampliação da demanda pelos itens industrializados.

O século atual tem corroborado essas teses. Mas, nos países em desenvolvimento, onde o crescimento econômico ocorre paralelamente a rápidas transfor-

mações demográficas e a uma má distribuição de renda, passam a coexistir, nos diferentes estratos populacionais, hábitos alimentares praticados tanto nas nações pobres quanto nas ricas. Esse cenário de transição nutricional tem sido identificado no Brasil.¹¹ As três últimas décadas mostraram substituição crescente de proteínas vegetais por animais e de carboidratos por lipídios nas sete maiores regiões metropolitanas do País, indicando elevação nos riscos potenciais de doenças crônico-degenerativas, que se somam a problemas carenciais preexistentes.

A premência atual por se prevenir as moléstias derivadas do consumo alimentar excessivo e desbalanceado tem representado o ponto central no estabelecimento das recomendações alimentares.¹⁵ Salienta-se a importância do consumo de verduras, legumes e frutas para o adequado suprimento das necessidades de diversas vitaminas e minerais e de fibras, em razão das atividades fisiológicas desses nutrientes na proteção contra doenças cardíacas, cânceres, diabetes e desordens gastrointestinais.

Diante desse quadro, é evidente o interesse em estudos sobre os padrões dietéticos e suas potenciais conseqüências à saúde humana, especialmente para os países emergentes, onde a prevenção das morbidades advindas da transição nutricional pode ter implicações de grande importância na diminuição dos custos sociais e econômicos do desenvolvimento.

O presente trabalho analisa a evolução das estruturas de consumo alimentar da população da cidade de São Paulo, durante a década de 1990, comparando essas estruturas de consumo com as que estariam presentes em cestas de alimentos nutricionalmente balanceadas. A *proxi* para essa comparação são os gastos familiares com os itens pertencentes aos grupos dos semi-elaborados, dos industrializados e dos *in natura*. Ênfase será dada para esse último grupo, composto pelo conjunto dos legumes, verduras e

frutas – alimentos que, como já se mencionou, desempenham papel relevante na prevenção das doenças crônico-degenerativas.

MÉTODOS

Verificação das estruturas de consumo alimentar

Os gastos com alimentação na cidade de São Paulo foram obtidos nas seguintes pesquisas de orçamentos familiares* (POF): da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas⁹ (Fipe), de março de 1990 a fevereiro de 1992; do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos⁶ (Dieese), de dezembro de 1994 a novembro de 1995; e da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁸ (IBGE), de outubro de 1995 a setembro de 1996. Essas pesquisas possuem metodologias distintas, mas permitem uma avaliação da estrutura de consumo em três épocas características: 1990/1992, período de baixa taxa de crescimento de renda, inflação elevada e sob reflexo do Plano Collor; 1994/1995, fase inicial do plano Real, com taxa decrescente de preços, aumento de renda e melhoria na sua distribuição; e 1995/1996, com taxa de inflação próxima ao zero e aumento modesto da renda *per capita*. Como as informações disponíveis na POF-IBGE são referentes à região metropolitana e não estritamente ao Município de São Paulo, partiu-se do pressuposto de que inexistem variações importantes na estrutura de consumo entre as duas áreas geográficas.

Foi preciso homogeneizar a organização de algumas das informações que estão descritas nessas três POF. Para verificar como se apresentam os gastos alimentares das famílias entre diferentes estratos de renda, adotou-se, para as POF Fipe e IBGE, as quatro classes de renda mensal utilizadas por Cyrillo et al⁴ (1998): de 0 a 5 salários-mínimos familiares (SMF), de 5 a 10 SMF, de 10 a 20 SMF e de 20 a 40 SMF (para a POF-IBGE, 20 a mais SMF). O Dieese, porém, divide a população do Município de São Paulo em tercís de renda familiar mensal: R\$ 377,40, R\$ 934,17 e R\$ 2.782,90; essa divisão em tercís teve de ser mantida para a POF-Dieese em razão da forma como seus dados estão disponíveis em nível desagregado.

Outra diferença a ser considerada na apresentação dos resultados das POF diz respeito à classificação dos alimentos. Decidiu-se mesclar as classificações utilizadas pelas POF Fipe e Dieese; desse modo, os alimentos consumidos no domicílio foram divididos em: grupo *in natura*, compreendendo fru-

tas, legumes e verduras; grupo dos semi-elaborados, incluindo carnes bovinas e suínas, aves, ovos, pescados, leite, arroz e feijão; e grupo dos industrializados, que inclui os derivados do leite, da carne, panificados, cafés, chás, bebidas achocolatadas, adoçantes, doces, biscoitos, salgadinhos, óleos, massas, farinhas, féculas, condimentos, sopas, enlatados, conservas e alimentos prontos. O grupo *in natura* é o que permite uma análise dietética mais precisa, em virtude de sua menor heterogeneidade nutricional; ou seja, todos os produtos nele incluídos são ricos em fibras, vitaminas, minerais e não são fontes de gorduras animais e colesterol.

Visando identificar as causas que levariam a possíveis alterações na estrutura dos gastos nos domicílios nessa década, estudou-se a variação nos preços relativos dos três grupos de produtos. Para isso, fez-se uso dos preços ao consumidor obtidos junto ao banco de dados Fipe. Calculou-se a variação acumulada de preços nominais de cada alimento ocorrida entre o primeiro e o último mês das respectivas POF; em seguida, obteve-se a variação média, no período, para cada um dos grupos: semi-elaborados, industrializados e *in natura* (utilizou-se a própria estrutura de ponderações da Fipe).

Cestas de alimentos nutricionalmente balanceadas

O padrão de consumo dietético das famílias foi comparado com aquele que se estabelece em cestas de alimentos (CA) nutricionalmente adequadas. Para tanto, fez-se uso da técnica da Programação Linear (*software Quantitative Systems for Business Plus³ QSB+*), um modelo matemático** que propicia o atendimento das necessidades nutricionais, a baixos custos finais, respeitando os hábitos dietéticos da população. Os componentes principais do modelo são: (1) uma função objetivo, para selecionar os alimentos com base nos mínimos custos; (2) algumas restrições nutricionais que determinarão os valores de nutrientes que se pretende oferecer; (3) a imposição de limites, de caráter dietético, que incorporem as quantidades mínima e máxima de cada alimento usualmente consumido pela população.

A elaboração das CA considerou os tamanhos médios das famílias, pertencentes às classes de renda com as quais se trabalhou em cada POF. Assim, obteve-se um total de 11 cestas de alimentos nutricionalmente balanceadas: quatro referentes à POF-Fipe, de 1990 a 1992; três referentes à POF-Dieese, de 1994 a 1995; e quatro referentes à POF-IBGE, de 1995 a 1996.

*A comparabilidade entre essas POF pode ser verificada pela análise de suas metodologias – ver referências bibliográficas.

**Algebricamente: minimizar os custos = $\sum p_j q_j$, sujeito às restrições do tipo $\sum q_j N_j \geq X$, em que p_j = preço do alimento j , q_j = quantidade do alimento j , N_j = nutriente contido no alimento j , X = quantidade mínima (necessidade) do nutriente.

Para compor a função-objetivo, utilizaram-se os preços vigentes em cada período, indicados pelo banco de dados Fipe.

No que diz respeito às restrições, foram adotados os mesmos parâmetros do trabalho de Cyrillo et al⁴ (1998), tanto para a composição centesimal dos alimentos quanto para se aferir as quantidades dietéticas recomendáveis às 11 famílias. Assim, as CA foram constituídas de modo a atender às necessidades nutricionais das famílias, por um período de um mês, suprimindo 80% das quantidades prescritas em *Recommended Dietary Allowances*, 13% para proteínas, vitaminas (A, E, C, B2, B6, B12, folato) e minerais (cálcio, ferro, zinco e iodo) e provendo 100% das recomendações calóricas.

As necessidades nutricionais dependem da composição familiar em termos de sexo e idade dos indivíduos, e essas informações não são disponibilizadas nas POF. Definiu-se, então, uma unidade familiar padrão constituída por quatro membros: um adulto do sexo masculino (25 a 50 anos), um adulto do sexo feminino (25 a 50 anos), uma criança (7 a 10 anos) e um adolescente do sexo feminino (11 a 14 anos). As prerrogativas dietéticas foram ajustadas a partir dessa unidade familiar padrão, seguindo-se a ordem de inclusão estabelecida; exemplificando: no caso de uma família com 3,8 pessoas, seriam somadas as prerrogativas dietéticas de um homem e uma mulher adultos, uma criança, e 0,8 adolescente do sexo feminino.

Para que os hábitos alimentares praticados pela população fossem respeitados no cômputo das CA, trabalhou-se com 117 alimentos como passíveis de inclusão. Foi assegurada a entrada obrigatória dos itens (não se considerando refrigerantes ou bebidas alcoólicas) mais consumidos pelas famílias das respectivas faixas de renda (Cyrillo et al,⁴ 1998). Para esses alimentos de entrada obrigatória, definiu-se

como limite mínimo de inclusão nas CA o percentual de 60% da quantidade média consumida pelas famílias; e, para todos os alimentos, o limite superior permitido nas CA foi de 140% do consumo familiar.

As 11 CA tiveram seus custos finais aferidos pelo próprio *software QSB+*; para cada uma delas foram identificados os percentuais desses custos que eram derivados dos produtos semi-elaborados, industrializados e *in natura*. Efetuou-se a análise comparativa entre as CA e os gastos familiares efetivos, indicados pelas POF que dispunham dessa informação: POF Dieese e IBGE. Foram tomados, nessas POF, os gastos com alimentação dentro e fora do domicílio para que se pudesse equiparar com as CA, porque estas foram constituídas de modo a prover 100% das recomendações calóricas.

RESULTADOS

Composição dos gastos com alimentação

As despesas percentuais com alimentação nos domicílios paulistanos, durante os anos 90, segundo os grupos de produtos analisados, estão indicadas na Tabela 1.

Avaliando-se as percentagens médias apresentadas, chega-se a uma diminuição relativamente constante entre as POF, da ordem de 6 a 7 pontos percentuais na parcela dos dispêndios com os produtos semi-elaborados, durante os anos correspondentes às POF Fipe, Dieese e IBGE. Os gastos com os industrializados se elevaram entre 8 e 10 pontos percentuais. Já a parcela relativa aos *in natura* não apresentou alteração relevante entre os períodos das POF Fipe e Dieese, mas variou entre as POF Dieese e IBGE da ordem de -4 pontos percentuais. Tomando-se esse grupo isoladamente, constata-se um decréscimo de aproximadamente 35% na percentagem gasta com o conjunto de legumes, verduras e

Tabela 1 - Percentuais obtidos das pesquisas de orçamentos familiares (POF) segundo classes de renda e grupos de alimentos, períodos de 1990/92, 1994/96, Município de São Paulo.

Classes de renda*	Semi-elaborados			Grupos de alimentos industrializados			<i>In natura</i>		
	90/92	94/95	95/96	90/92	94/95	95/96	90/92	94/95	95/96
Classe 1	49,2	39,3	37,4	37,0	46,7	55,5	13,8	14,0	7,1
Classe 2	45,1	37,6	33,8	39,8	47,8	57,4	15,0	14,6	8,8
Classe 3	41,0	33,0	32,3	42,5	50,9	57,7	16,5	16,0	10,0
Classe 4	41,9	—	25,3	39,0	—	60,7	19,1	—	14,0
Total	42,4	35,9	30,0	40,9	49,0	59,1	16,6	15,1	10,9

*Classes em ordem crescente de rendimentos. Fipe e IBGE, em salários-mínimos familiares mensais: Classe 1 = 0 a 5; Classe 2 = 5 a 10; Classe 3 = 10 a 20; Classe 4 = 20 a 40 (IBGE, 20 a +). Dieese, em renda familiar mensal: Classe 1 = R\$ 377,40; Classe 2 = R\$ 934,17; Classe 3 = R\$ 2.782,90 (ou respectivamente, US\$ 426,78, US\$ 1056,40 e US\$ 3147,02, calculados com base no valor médio do dólar no período).

Fonte: Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas),⁹ 1996; Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos),⁶ 1996; FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística),⁸ 1998; região metropolitana de São Paulo.

frutas, entre os anos 1990-1992 e 1995-1996.

Considerando os estratos econômicos que foram estabelecidos, as tendências mostram-se bastante similares às descritas para a média geral. Destacam-se, porém, as variações nos gastos com os itens *in natura* observados em algumas faixas de renda específicas: da POF-Fipe à POF-IBGE, o percentual das despesas com legumes, verduras e frutas reduziu-se aproximadamente 48% na classe 1 e 42% na classe 2 (acima, portanto, da variação média de 35% citada anteriormente).

Examinando-se a estrutura do consumo em cada período, verifica-se que, à medida que se elevam os rendimentos das famílias, os produtos semi-elaborados têm menor participação nos dispêndios domiciliares, e há aumento na percentagem dos gastos com os alimentos industrializados e os *in natura*. Para estes últimos, os dados de 1995-1996 mostram que o percentual dos gastos representou 14% do total na classe 4 e apenas 7,1% na classe 1; isto significa dizer que, nas famílias mais pobres, a fatia dos gastos com legumes, verduras e frutas corresponde a apenas 51,1% da que se verifica nos domicílios cujos membros auferem renda de 20 a mais salários-mínimos familiares.

A Tabela 2 descreve a variação percentual média dos preços de cada um dos três grupos de alimentos considerados nos períodos das respectivas POF.

A evolução dos preços no início da década traduz a elevada taxa inflacionária da época, enquanto nos outros dois períodos constata-se a estabilização propiciada pelo Plano Real. Nos períodos correspon-

Tabela 2 - Variações percentuais* de preços durante as pesquisas de orçamentos familiares (POF) segundo grupos de alimentos, períodos de 1990/92, 1994/96, Município de São Paulo.

Períodos	Grupos de alimentos			Total
	Semi-elaborados	Industrializados	<i>In natura</i>	
90/92	988,2	986,6	370,7	2.345,5
94/95	0,0	7,2	2,3	9,4
95/96	3,2	3,4	0,0	6,7

* O período base é o primeiro mês de cada POF.
Fonte: Fipe,⁹ 1996.

Tabela 3 - Percentuais obtidos das cestas de alimentos (CA) segundo classes de renda e grupos de alimentos, períodos de 1990/92, 1994/96, Município de São Paulo.

Classes de renda*	Semi-elaborados			Grupos de alimentos industrializados			<i>In natura</i>		
	90/92	94/95	95/96	90/92	94/95	95/96	90/92	94/95	95/96
Classe 1	35,7	33,9	34,6	48,5	47,6	48,4	15,7	18,5	17,0
Classe 2	37,2	23,4	27,5	46,5	58,3	56,8	16,2	18,2	15,7
Classe 3	35,2	25,3	25,8	49,8	58,4	59,5	15,0	16,3	14,8
Classe 4	33,5	—	23,7	50,1	—	58,8	16,4	—	17,5
Total	35,4	27,5	27,9	48,7	54,8	55,9	15,8	17,7	16,2

* Ver nota Tabela 1.

dentos às POF Fipe e IBGE, verifica-se que a elevação dos preços dos alimentos *in natura* é muito inferior a que ocorre nos preços dos produtos industrializados e semi-elaborados. No início do Plano Real (1994/1995), os preços dos itens semi-elaborados praticamente mantiveram-se estáveis, e os preços do grupo *in natura* se reajustaram abaixo da variação dos industrializados.

Cestas alimentares nutricionalmente balanceadas

Na Tabela 3 estão indicados os percentuais das despesas com os alimentos semi-elaborados, industrializados e *in natura* que são encontrados em cestas nutricionalmente balanceadas (CA). O número de alimentos incluídos em cada CA variou entre 42 e 73 produtos; a diversificação das dietas fez-se crescente na razão direta dos maiores rendimentos das famílias.

A análise conjunta das Tabelas 1 e 3 permite constatar algumas diferenças marcantes entre os percentuais de gastos indicados nas CA para os três grupos de alimentos e os derivados da demanda das famílias.

Contrastando com o que foi observado nos domicílios paulistanos, a estrutura de gastos com alimentação que é dada pelas CA, na média geral, modifica-se de modo menos expressivo entre os períodos e entre as classes de renda. Nesse sentido, os pressupostos da racionalidade e da informação perfeita (inerentes ao modelo da programação linear) parecem atenuar as conseqüências – sobre a composição dos dispêndios – que são decorrentes das variações dos preços relativos e das preferências das famílias de cada estrato econômico.

Ao se comparar os percentuais médios dos gastos familiares e os indicados nas CA para os itens semi-elaborados, verifica-se que, no início da década, os dispêndios percentuais com esse grupo representaram mais de 42% nos domicílios e apenas 35,4% nas CA; e durante o primeiro ano de implantação do Plano Real os gastos relativos são, respectivamente, 35,9% e

27,5%. O ideal seria alocar maior proporção de recursos com produtos industrializados do que se observou nos dois primeiros períodos analisados. No que diz respeito aos *in natura*, a proporção gasta mostrou-se muito inadequada somente no último período: em 1995-1996 era de apenas 10,9%, ao passo que as CA indicam alocar mais de 16% dos gastos com verduras, legumes e frutas. Parece razoável supor que essa tendência de redução na participação dos gastos com os produtos *in natura* estaria sinalizando a presença de risco potencial ao bom estado de saúde dos consumidores, ou seja: uma possível ingestão insuficiente dos micronutrientes essenciais, com atividade protetora contra doenças crônico-degenerativas.

A Tabela 4 apresenta os custos das cestas nutricionalmente balanceadas e os correspondentes gastos mensais das famílias com alimentação à época das POF Dieese e IBGE.

Note-se que os custos de praticamente todas as CA são inferiores aos dispêndios efetivos das famílias paulistanas com alimentação. Unicamente a cesta elaborada para a primeira classe de renda do período da POF-IBGE apresenta valor superior ao indicado no orçamento doméstico; o mesmo não se repete no estrato mais pobre da POF-Dieese, provavelmente porque a faixa de renda nesse grupo compreende a um poder aquisitivo médio que é um pouco superior à correspondente classe 1 da POF-IBGE.

À exceção dessas famílias mais pobres cujos rendimentos são insuficientes à obtenção de uma nutrição satisfatória, os dados permitem supor que é possível suprir as necessidades dietéticas de forma adequada a custos inferiores ao montante usualmente gasto pelas famílias. É preciso, também, ter-se presente que as CA provêm uma oferta apropriada de vários minerais e vitaminas que, muitas vezes, não são encontrados em quantidades suficientes ao se analisar o consumo alimentar da população.

Por fim, na Tabela 5 indicam-se as percentagens da

renda média das famílias que são destinadas à alimentação, segundo os dados das POF Dieese e IBGE, e quais seriam esses percentuais no caso das CA.

Tabela 5 - Percentuais da renda familiar referentes à alimentação nas cestas de alimentos (CA) e nas pesquisas de orçamentos familiares (POF) segundo classes de renda, período de 1994/96, Município de São Paulo.

Classes de renda*	Percentuais			
	CA	94/95 POF	CA	95/96 POF
Classe 1	31,8	35,7	42,5	36,8
Classe 2	22,5	31,2	20,4	23,2
Classe 3	11,9	23,8	12,5	15,4
Classe 4	—	—	5,4	8,9
Total	17,5	27,4	10,0	12,3

* Ver nota Tabela 1.

Fonte: Dieese,⁶ 1996; FIBGE,⁸ 1998, região metropolitana de São Paulo.

É preocupante verificar, particularmente nas famílias da classe 1, a grande parcela da renda que se faz necessária para suprir a mais básica das prerrogativas humanas: a nutrição. Verifica-se também o impacto do crescimento da renda *per capita* do primeiro para o segundo período enfocado. Enquanto no início do Plano Real alocou-se 27,4% com alimentação (quando se poderia alocar 17,5%), em 1995-1996 a alimentação estava absorvendo, na média, apenas 12,3% da renda (ou 10% para uma alimentação custo-otimizada), confirmando, assim, a já mencionada lei de Engels.

DISCUSSÃO

No presente trabalho buscou-se realizar, por via indireta, uma análise da estrutura de consumo alimentar dos paulistanos, na década de 1990, a partir de duas vertentes: verificando as transformações nas despesas das famílias com os grupos de produtos semi-elaborados, industrializados e *in natura*, e comparando essas mesmas despesas familiares com aquelas que se originariam de cestas de alimentos nutricionalmente balanceadas.

As estruturas de gastos com alimentação presentes nas POF permitiram constatar variações bem defini-

Tabela 4 - Custos das cestas de alimentos (CA) e da alimentação domiciliar indicada nas pesquisas de orçamentos familiares (POF) segundo classes de renda, período de 1994/96, Município de São Paulo.

Classes de renda*	Custos em R\$ (e em US\$)**			
	CA	94/95 POF	95/96 CA	POF
Classe 1	127,21 (143,85)	142,91 (161,61)	137,89 (140,87)	119,22 (121,80)
Classe 2	168,07 (190,06)	233,11 (263,61)	165,79 (169,37)	188,51 (192,58)
Classe 3	200,15 (226,34)	398,57 (450,72)	198,95 (203,25)	244,68 (249,97)
Classe 4	—	—	269,53 (275,35)	446,00 (455,64)
Total	165,14 (186,75)	258,35 (292,15)	193,04 (197,21)	238,38 (243,53)

*Ver nota Tabela 1.

**Calculados com base no valor médio do dólar nos respectivos períodos.
Fonte: Dieese,⁶ 1996; FIBGE,⁸ 1998, região metropolitana de São Paulo.

das na demanda paulistana, no período de 1990-1992 a 1995-1996. Embora a análise baseada no percentual das despesas domésticas não propicie, por si só, uma visão do que ocorre com o consumo efetivo, ela pode se configurar como um indicador de tendências e de possíveis riscos.

Para todas as classes de renda familiar, observou-se um aumento relativo nos dispêndios com os produtos industrializados e uma clara redução na percentagem gasta com os itens semi-elaborados e *in natura*. O grupo dos *in natura* compreende características dietéticas em boa medida similares: legumes, verduras e frutas são alimentos ricos em vitaminas, minerais antioxidantes e fibras; conseqüentemente, são agentes importantes na prevenção das doenças crônico-degenerativas. Portanto, a diminuição na parcela dos orçamentos familiares relativa aos produtos *in natura*, conforme descrito, representaria um risco potencial à maior freqüência dessas morbidades e estaria contribuindo para o estabelecimento da transição nutricional e epidemiológica no País.

Os motivos que levaram a população paulistana a diminuir o percentual das despesas com legumes, verduras e frutas, na década de 1990, não parecem ter suas origens unicamente nos preços de mercado. Pela comparação entre os períodos das POF Dieese e IBGE, manteve-se a tendência de decréscimo na parcela dos gastos com o grupo *in natura*, apesar da queda dos seus preços relativos. Conseqüentemente, pode-se inferir que, para elevar o consumo dos produtos *in natura*, o aumento da renda seria um incentivo econômico mais adequado que a redução dos preços relativos. Isto porque a participação do grupo *in natura* nos gastos domiciliares é maior para as classes de renda mais elevadas, independentemente do período em análise, e verificou-se a queda da participação desse grupo no total dos gastos com alimentos, mesmo quando seus preços relativos estavam em declínio.

De fato, Silva¹⁴ (1998) também observou que a influência de outros fatores como o *marketing* e a própria dinâmica de vida dos indivíduos exercem papel importante nas decisões de consumo.

No Brasil, em particular, na mesma linha de raciocínio seguida por Cyrillo et al¹⁵ (1997), a abertura ao comércio internacional, conduzida precisamente nesses anos 90, deve ter se constituído num componente de fundamental importância para as transformações na estrutura de consumo alimentar. Adicionalmente, a implementação do Plano Real trouxe modificações às dietas dos brasileiros; conforme descreve Silva¹⁷

(1998), houve crescimento dos serviços de *fast food*, da demanda por carne bovina e de frango e por produtos prontos.

Não seria fora de questão inferir que, com os ganhos reais no poder aquisitivo e o aumento na diversidade de itens disponíveis, as famílias tenham sido levadas a promover alterações nas suas estruturas de consumo, motivadas por aquele que, segundo McMahon¹⁰ (1995), ainda é o principal componente a determinar a escolha de alimentos: o paladar. Curiosamente, o paladar é ditado por mecanismos cerebrais (neurotransmissores, neuropeptídeos) que priorizam os alimentos ricos em gorduras em detrimento dos ricos em carboidratos.

A segunda vertente do presente trabalho, ou seja, a elaboração das CA, foi realizada visando gerar um parâmetro para analisar a adequação da estrutura de gastos com alimentos nos domicílios paulistanos. As percentagens dos gastos familiares com os itens semi-elaborados e industrializados aproximaram-se daquelas propostas nas CA apenas durante os anos mais recentes, da POF-IBGE. Para os legumes, verduras e frutas, porém, constatou-se uma deterioração na adequação dos gastos domiciliares quando comparados às cestas nutricionalmente balanceadas.

As diferenças verificadas nas despesas com os três grupos de alimentos entre as POF e as CA correspondentes derivam, provavelmente, do fato de que, nos orçamentos domésticos, a seleção de itens alimentares (dadas as restrições orçamentárias) devem ter suas bases fundamentais nas preferências individuais (paladar) e, no caso das CA – embora nelas tenham sido respeitados os hábitos dietéticos da população – a determinante principal da escolha dos produtos é a racionalidade, representada pela busca de promover uma apropriada ingestão de nutrientes a baixos custos.

A ênfase na racionalidade para a elaboração das dietas humanas é alvo da análise dos pesquisadores.¹ As modificações nos hábitos alimentares que vêm sendo prescritas visam, em geral, a redução na ingestão de itens ricos em gorduras (saturadas em especial) e colesterol, como são, por exemplo, as carnes bovina, suína e derivados. Paralelamente, procura-se estimular o consumo de frutas e vegetais, como na clássica campanha norte-americana *Five-A-Day*,¹² que buscou conscientizar os consumidores a ingerir, no mínimo, cinco porções desses alimentos por dia.

Os resultados apresentados no presente estudo in-

dicam que também no Brasil deve haver espaço para campanhas que visem a educação nutricional e as mudanças no comportamento alimentar.

Reforçando essa hipótese coloca-se o fato de que mesmo tendo sido utilizada, para o cômputo dos gastos familiares, a alimentação dentro e fora do domicílio, a oferta nutricional amplamente satisfatória presente nas CA fez-se possível a custos que, em alguns casos, mostraram-se próximos a 50% dos indicados nas POF. A única exceção, constatada para o estrato de menor renda da POF-IBGE (em que o custo da CA foi superior às despesas familiares com alimentação), vem ratificar a situação de transição nutricional vivenciada no País, com a coexistência de carências e

desbalanceamento dietéticos.

Logo, é premente a necessidade de políticas eficazes que englobem e busquem soluções tanto para o problema da persistente situação de insuficiência alimentar nos bolsões nacionais de pobreza quanto para a nutrição que se desvia das recomendações, em razão do consumo qualitativamente inadequado.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Heron Esvael do Carmo, do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP, pelas informações referentes ao Índice de Preços ao Consumidor (Fipe).

REFERÊNCIAS

1. Barretto SAJ, Cyrillo DC, Cozzolino SMF. Análise nutricional e complementação alimentar de uma cesta básica derivada do consumo. *Rev Saúde Pública* 1998;32:29-35.
2. Campino, ACC. *Economia da alimentação e nutrição: noções básicas*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da USP; 1985.
3. Chang YL, Sullivan RS. *Quantitative systems for business plus* [computer program]. Version 2.0. Washington (DC): Prentice-Hall; 1991.
4. Cyrillo DC, Conti JM, Barretto SAJ. *Metodologia para o cálculo do custo de cestas básicas de consumo: uma aplicação para o caso das pensões alimentícias*. São Paulo: FIPE; 1998.
5. Cyrillo DC, Saes MSM, Braga MB. Tendência de consumo de alimentos e o Plano Real: uma avaliação para a Grande São Paulo. *Planej Pol Públicas* 1997;16:193-5.
6. [Dieese] Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Pesquisa de orçamentos familiares*. São Paulo; 1996.
7. Engel JF, Blackwell RD, Miniardi PW. *Consumer behavior*. Austin (TX): The Dryden Press; 1995.
8. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de orçamentos familiares*. 1998. [on-line]. Disponível em URL: <http://www.ibge.gov.br>
9. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Pesquisa de orçamentos familiares*. [CD-ROM]. São Paulo; 1996.
10. McMahon, KE. Consumer nutrition and food safety trends. *Nutr Today* 1995;30:152-6.
11. Mondini L, Monteiro CA. Mudanças no padrão de alimentação urbana brasileira (1962-1988). *Rev Saúde Pública* 1994;28:433-9.
12. National Cancer Institute *5-a-day research audit*. Washington (DC); 1995.
13. National Research Council. *Recommended dietary allowances*. Washington (DC): National Academy Press; 1989.
14. Silva MV. Mudanças dos hábitos alimentares da população brasileira. *Aliment Nutr* 1998;71:40-9.
15. Willett WC. Diet and health: what should we eat? *Science* 1994;264:532-7.